

# ESPOSAS OU SANTAS? TRANSGRESSÕES MATRIMONIAIS DA RAINHA SANTA E DA RAINHA VERMELHA NA BAIXA IDADE MÉDIA EUROPEIA<sup>1</sup>

## Wives or Saints? Marital Transgressions of the Holy Queen and the Red Queen in the Late Middle Ages in Europe

Aldinida Medeiros<sup>2</sup>

Professora de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras da UEPB

Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade

Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9349-5492>

E-mail: [aldinidamedeiros@gmail.com](mailto:aldinidamedeiros@gmail.com)

Francisco Edinaldo de Pontes<sup>3</sup>

Mestre em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB)

Pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5611-0629>

E-mail: [edinaldopontesacademico@gmail.com](mailto:edinaldopontesacademico@gmail.com)

Recebido em: 06/10/2025

Aprovado em: 23/12/2025

**Resumo:** Sob a ótica dos estudos de gênero e da crítica literária feminista, o objetivo do referido artigo consiste em mostrar como as personagens românticas D. Isabel de Aragão, protagonista d'*A Rainha Santa* (2017), de Isabel Machado, e Lady Margaret Beaufort, protagonista d'*A Rainha Vermelha* (2019), de Philippa Gregory, apesar de terem se submetido à instituição casamento, elas conseguiram transgredir os padrões de esposas próprios da sociedade de suas épocas. Uma vez que, tanto D. Isabel quanto Lady Margaret, desde as suas infâncias, almejavam o celibato e uma vida votada à santidade através de um noviciado. O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, com abordagem de interpretação textual, propiciando uma leitura crítico-reflexiva das narrativas literárias. Como aporte teórico, dentre outros, apoiamo-nos nas ideias e concepções de Beauvoir (2019); Klapish-Zuber (1990); L'Hermite-Leclercq (1990); Medeiros (2013, 2019); Millett (2003 [1998], 1970); Muraro (2002); Perrot (2017); Pontes (2022); Opitz (1990). Em conclusão, constatamos que as atitudes das protagonistas soam como transgressões, pois, mesmo tendo se submetido à conjuntura do sistema patriarcal, elas mantiveram uma vida devota ao Cristianismo, tanto para realizar seus desejos de servir ao divino, como também, numa forma de não se submeterem totalmente às amarras de uma sociedade androcêntrica e falocêntrica, calcada em um pensamento hegemônico e supremacista masculino.

**Palavras-chave:** Esposas ou Santas. *A Rainha Santa*. *A Rainha Vermelha*. D. Isabel de Aragão. Lady Margaret Beaufort.

**Abstract:** From the perspective of gender studies and feminist literary criticism, the aim of this paper is to show how the novelistic characters D. Isabel de Aragão, protagonist of *A Rainha Santa* (2017), by Isabel Machado, and Lady Margaret Beaufort, protagonist of *A Rainha Vermelha* (2019), by Philippa Gregory, despite having submitted to the institution of marriage, managed to transgress the standards of wives typical of the society of their times. Once that, since their childhoods, both D. Isabel and Lady Margaret longed for celibacy and a life dedicated to holiness through a novitiate. The study consists of a bibliographical research slant, with a textual interpretation approach, providing a critical-reflective reading of literary narratives. As a theoretical contribution, among others, we have relied on the ideas and conceptions by Beauvoir (2019); Klapish-Zuber (1990); L'Hermite-Leclercq (1990); Medeiros (2013, 2019); Millett (2003 [1998], 1970); Muraro (2002); Perrot (2017); Pontes (2022); Opitz (1990). In conclusion, we have found that, the attitudes of the protagonists sound like transgressions, for, even having submitted to the patriarchal system, they maintained a life devoted to Christianity, both to fulfill their desires of serving the divine, and also as a way of not submitting themselves completely to the bonds of an androcentric and phalocentric society, based on a hegemonic and male supremacist thought.

**Keywords:** Wives or Saints. *A Rainha Santa. A Rainha Vermelha. D. Isabel de Aragão. Lady Margaret Beaufort.*

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A instabilidade política e econômica pairava sobre a Europa Medieval, de forma a preocupar os grandes líderes de monarquias. Era, então, necessário encontrar aliados para que seus exércitos, seus domínios territoriais e a segurança de cada reino se mantivessem preservada. Da mesma forma, buscava-se encontrar uma forma de materializar a realização de suas frequentes ambições sociopolíticas, advindas, já, de seus antepassados. Para que a estabilidade política se concretizasse, era necessário que casas reinantes soubessem jogar o xadrez político de seu contexto, sendo a aliança, via casamento, entre príncipes e princesas da uma das maneiras para conseguir garantir um equilíbrio político e econômico no medievo europeu, visto que os tornava futuros reis e rainhas consortes.

Neste contexto, os papéis sexuais eram totalmente demarcados em virtude de atender às regras e padrões de uma sociedade dividida pelas diferenças biológicas. Em outras palavras, as tarefas exteriores ao lar eram destinadas aos homens (caça, pesca, guerra), e o interior do lar às mulheres (afazeres domésticos, procriação, cuidado com os filhos). Para além dessa premissa, no mundo medieval, “face à construção simétrica dos papéis masculinos, os papéis atribuídos às mulheres são-lhes impostos ou concedidos não em função das suas qualidades inatas [...], mas por razões erigidas em um sistema ideológico” (Klapisch-Zuber, 1990, p. 9). Por conseguinte, e pela proibição de atuarem na esfera pública, – tornando-as, em termos econômicos, totalmente dependentes de outrem – as mulheres da nobreza medieval eram obrigadas a viver o matrimônio como um meio de sobrevivência. Deste modo, “no meio aristocrático [ou da realeza e da nobreza], desde o nascimento, uma rapariga é mais do que um partido, ela é uma presa: desencadeia reflexos, acelera, portanto, o curso das coisas” (L’Hermite-Leclercq, 1990, p. 280, acréscimo nosso).

Mas seriam essas mulheres medievais europeias totalmente obedientes aos padrões de sua época? E se não aceitassem o seu destino, o que fariam? Será que elas se resignavam totalmente? Ou será que elas eram argutas e perspicazes no palco da sociedade patriarcal? Seriam elas totalmente submissas de corpo, alma, coração e mente?

Nem todas, como se pode perceber por meio de algumas narrativas, notadamente estas sobre as protagonistas em estudo. Dito isto, ao longo da nossa leitura crítico-reflexiva das metafíscões historiográficas *A Rainha Santa* (2017), de Isabel Machado e *A Rainha Vermelha* (2019), de Philippa Gregory, identificamos diversas transgressões das personagens românicas D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort dentro da instituição casamento na Baixa Idade Média, isto é, nos séculos XIII, XIV e XV.

Diante do exposto, sob o viés dos estudos de gênero e da crítica literária feminista, o objetivo do referido artigo consiste em mostrar como as personagens românicas D. Isabel de Aragão, protagonista do romance histórico contemporâneo português *A Rainha Santa* (2017), de Isabel Machado, e Lady Margaret Beaufort, protagonista do romance histórico contemporâneo inglês *A Rainha Vermelha* (2019), de Philippa Gregory; apesar de terem se submetido à instituição casamento – única saída para a mulher medieval garantir um futuro político e econômicoável, de acordo com Paulette L’Hermite Leclercq (1990) –, elas conseguiram transgredir os padrões maritais frente às obrigações conjugais de esposas dentro do matrimônio. Uma vez que, tanto a personagem romântica D. Isabel de Aragão quanto Lady Margaret Beaufort, desde a sua infância, almejavam o celibato para conseguir atingir a castidade e, consequentemente, a santidade através de uma vida de noviças.

Assim, como ideia-tese, percebemos um movimento de transição entre transgressão-submissão, e submissão-transgressão, por parte de ambas as protagonistas. Pois, ao longo das narrativas, vemos que o movimento de transgressão concerne no fato de que as personagens femininas se recusam – mesmo que de forma contida – a se casarem, em virtude de elas terem sido chamadas a se tornarem freiras, para cumprir um ofício para com o divino e objetivarem uma vida santa. A submissão acontece no momento quando elas aceitam se casar, mesmo contra as suas vontades, pelo fato de serem obrigadas a cumprir com “os seus deveres políticos” para com as suas casas. O movimento de transgressão, novamente, consiste no fato de que elas, mesmo casadas, tentam seguir uma vida de santidade, utilizando-se, portanto, da ligação com o sagrado para aliviar o fardo que o matrimônio se apresentava para elas. Dessarte, mesmo tendo se submetido à instituição do casamento, elas encontraram uma forma de transgredir a suas

condições de esposas comuns, para tornarem-se matriarcas de suas dinastias através de propósitos religiosos.

Tomamos como principal instrumento para análise das obras literárias o estudo de cunho estruturalista. Ou seja, uma análise estrutural das narrativas, como uma forma de enriquecer o trabalho com informações precisas, obtidas através de uma leitura atenciosa, interpretativa e crítico-reflexiva dos romances. Para o embasamento teórico do nosso estudo, dentre outros, contamos com as concepções de Simone de Beauvoir (2019); Christiane Klapish-Zuber (1990); Paulette L’Hermite-Leclercq (1990); Aldinida Medeiros (2013, 2019); Kate Millett (2003 [1998], 1970); Rose Muraro (2002); Michelle Perrot (2017); Edinaldo Pontes (2022); Claudia Opitz (1990).

*A Rainha Santa* (2017), de Isabel Machado, é um romance histórico contemporâneo português que tem como panorama histórico os conflitos entre três reinos da península ibérica na Baixa Idade Média: Portugal, Aragão e Castela. A obra é narrada em terceira pessoa, por um narrador onisciente e, em primeira pessoa, pela protagonista D. Isabel. Tendo como *leitmotiv* da narrativa, a trajetória – do nascimento ao falecimento – da figura histórica D. Isabel de Aragão, Rainha de Portugal e Santa da Igreja Católica Apostólica Romana. Dentre as temáticas que conseguimos identificar ao longo do enredo romanesco, enfatizamos: a representação feminina no medievo europeu, o amor cortês, a maternidade, o patriarcalismo, a guerra civil, o autoritarismo monárquico, o teocentrismo, tendo mais destaque, a política e o sagrado. Entre Ficção e História, a personagem romanesca D. Isabel tenta lidar com todos esses elementos citados anteriormente, mas, os que sobressaem e moldam a imagem da referida protagonista consistem na sua maternidade, nos seus feitos políticos e na sua forte relação com o sagrado.

*A Rainha Vermelha* (2019), de Philippa Gregory, é um romance histórico contemporâneo inglês que tem como cenário histórico a Guerra das Rosas, conflito entre as Casas de Lancaster e de York, no final da Baixa Idade Média Inglesa. O romance é narrado em primeira pessoa, pela protagonista Lady Margaret, em que o objetivo da narrativa consiste em contar sobre a vida – da infância aos quarenta e dois anos de idade – da figura histórica de Lady Margaret Beaufort, Condessa de Richmond e Derby, herdeira do trono da Inglaterra e uma legítima Lancastriana. Em meio a diversos temas abordados no romance, percebemos alguns, como: a representação feminina no medievo

europeu, o amor cortês, a maternidade, o patriarcalismo, a guerra civil, o autoritarismo monárquico, o teocentrismo, tendo mais destaque, a política e o sagrado. Assim, entre a metaficação historiográfica e a História, através do seu jogo de cintura e de sua habilidade estratégica no tabuleiro de xadrez político europeu, a protagonista Lady Margaret lida com esses diversos aspectos presentes no enredo romanesco. Visto que, os elementos que mais se destacam dizem respeito às suas transgressões políticas e a sua forte conexão com o sagrado.

## 2 “HUMILDE E PENITENTE, ESSE É O MEU LEMA! E VOCÊ FARÁ BEM EM CUMPRI-LO”<sup>4</sup>

Nesta análise, advertimos, o uso do presente verbal remete ao tempo presente da narrativa romanesca<sup>5</sup>. Sobre D. Isabel de Aragão, sabemos que desde a sua tenra idade, comunga de uma devoção à Virgem Santíssima e um anseio em servir a Deus, que não passa desapercebida pelos seus:

– Onde está a vossa filha? – indagou Pedro III à mulher. Constança engoliu em seco antes de falar, obrigando o temor a desvanecer-se. Mas o rei pestanejou várias vezes. A observação rigorosa das Horas Canônicas, que a princesa cumpria com mais zelo que alguns religiosos, enchia de cisma o monarca... pois se, em tão verdes anos, a filha, muito amada, seguia o Ofício do Divino com rigor e segurança de mestres, como levá-la a interessar-se por uma vida terrena? (Machado, 2017, p. 33).

Observamos que tal anseio confirmaria “[...] a sua relação, desde a infância, com a ordem religiosa franciscana que configura total importância para o seu espírito religioso e magnânimo” (Ferreira, 2016, p. 33). Essa devoção e esse desejo de seguir os dogmas franciscanos irá definir, desse modo, a conexão da infanta aragonesa com um sagrado religioso ao ponto de enfatizar a sua imagem excelsa de santidade ao longo da sua vida como infanta, esposa, rainha e mãe. Para a princesa, o cumprimento das Horas Canônicas e os demais preceitos da Igreja Católica ocupa o primeiro lugar em sua rotina, em vez de ela preocupar-se tanto com a sua condição de princesa quanto com relação ao seu futuro como consorte de algum reino europeu. Essa despreocupação da infanta aragonesa com as coisas mundanas torna-se um motivo de preocupação para D. Pedro III, pois isso afeta

diretamente a estabilidade política do reino aragonês. Além disso, D. Isabel estava “[...] voltada sempre para rezas e jejuns, dava pouca importância à beleza exterior. Desde cedo, procurou exaltar, em primeiro plano a beleza interior, o sentimento de caridade e bondade para como os excluídos e que viviam à margem da sociedade” (Medeiros, 2013, p. 05).

Isso fica explícito quando o rei D. Pedro III indaga à esposa, a rainha D. Constança de Hohenstaufen, assustado a respeito dessas muitas horas de dedicação de D. Isabel às práticas de penitência e expiação:

– Em jejum? – quis saber. A doce rainha assentiu com a cabeça, sem olhar o marido. – Em jejum... – repetiu o monarca, sem esperar por mais explicações, torcendo o nariz proeminente, mais torto do que adunco, pelas muitas batalhas que lhe haviam moldado o físico e o caráter. Depois de fazer mentalmente umas contas, voltou a encarar a mulher: – Mas não cumpriu um jejum há pouco? – Passou mais de uma lua desde o último – acabou por responder Constança, à laia de justificação. – Frei Pedro Serra está a acompanhar a penitência... – Penitência?! – interrompeu o marido, elevando a voz. – Que pecados tem uma criança para expiar? (Machado, 2017, p. 33).

Ao lermos o excerto, vemos que, a princesa segue um hábito de penitências e devoção para com o divino, que, muitas vezes, não condiz com a sua condição de criança, em virtude da sua pouca experiência com o mundo. Segundo, percebemos, de imediato, pelo comportamento do seu pai, D. Pedro III, que ele, de um certo modo, não concorda com essas atitudes da infanta. De fato, o rei teme que a sua primogênita se afeiçoe tanto ao plano espiritual que se esqueça de sua vida terrena como princesa, isto é, de suas obrigações como um ornamento da Casa de Aragão e objeto de troca precioso no “mercado matrimonial” do medievo europeu. Dessa maneira, desde cedo, a filha do rei de Aragão já prenuncia a sua resistência aos seus futuros deveres como mulher, o que causa surpresa e descontentamento no seu tutor.

O mesmo acontece com Lady Margaret Beaufort, quando ela demonstra uma devoção fervorosa à Virgem Santíssima, seguindo à risca os dogmas da Igreja Católica de maneira a serem indispensáveis dentre as suas atividades diárias:

– Lady Margaret, vá para cama. Já passou há muito sua hora de dormir. Nossa Senhora não aceita preces de meninas desobedientes. Não há nenhum mérito no exagero. Sua mãe quer que se levante cedo pela manhã. Não pode passar a noite toda rezando, é insano. Ela bate a porta, e eu a ouço falar às criadas, determinando que uma delas me ponha na cama e permaneça a meu lado para

se certificar de que não me levantarei à meia-noite para mais uma sessão de orações [...] (Gregory, 2019, p. 11).

Semelhante à D. Isabel de Aragão, Lady Margaret Beaufort é interpelada pelos seus familiares e criados em virtude de suas práticas cristocêntricas. O que, de certo modo, nos mostra que todos sabem dessa dedicação de Lady Margaret para com o divino através dos dogmas religiosos praticados pela pequena *Lady*. Essas ações dogmáticas, de um modo geral, eram comumente realizadas apenas por adultos, e não por uma criança que ainda não detém uma resistência física suficiente, ou até mesmo, que tivesse cometido graves atos para o cumprimento de tais hábitos de expiação, os quais expressam, desde muito cedo, um desejo ardente de preparação e evolução espiritual. Essa preparação, por conseguinte, é realizada através de ações que não eram comuns para as meninas de sua idade, mesmo essas sendo fortemente religiosas.

Estando convicta, desde os nove anos de idade, de que o seu destino era servir a Deus, Margaret acrescenta:

[...] Elas não concordam que eu obedeça às horas da igreja, interpõem-se entre mim e a vida de santidade, afirmando que sou jovem demais e que o sono me faz falta. Atrevem-se a insinuar que eu quero me exibir, que eu esteja fingindo uma devoção religiosa, quando sei que Deus me chamou e que é meu dever, meu sublime dever a Ele servir (Gregory, 2019, p. 11).

Lady Margaret age de forma muito enfática. A esse contento, Gabriela Teodósio e Halberys Holanda (2020, p. 04), afirmam que, “na procura de um novo ideal de mulher a ser seguido a Igreja utiliza a figura de Maria, a mãe de Jesus Cristo, esposa e virgem, como referencial a ser seguido”. Isso, portanto, é o que conseguimos identificar na trajetória não só de Lady Margaret, mas também, de D. Isabel ao longo das metaficações historiográficas em tela; ponto esse que será mais explorado no próximo capítulo de análise.

Mas, com o passar do tempo, algo vem perturbar o conforto espiritual dessas duas pequenas Ladies: o matrimônio. D. Isabel, aos onze anos de idade, que já estava com prometida ao rei de Portugal e do Algarve, D. Dinis I (1261-1325), visto que D. Pedro III de Aragão desejava firmar uma aliança política:

Aquela aliança era negócio chorudo para Portugal, não só pelo dote, mas pelo poder do pai de Isabel em vários pontos da Europa. Dinis era um soberano de rara habilidade a negociar, haveria de se saber valer da nova família como nenhum outro, até porque não queria limitar o poder a sua intervenção às terras que herdara. Mantê-las era a prioridade, mas o monarca intuía cedo, que quanto mais longe se fizesse ouvir a sua palavra, que tinha em conta de inteligente e douta, mais proveitos retirava para o seu reino, que ambicionava alargar em poder e influência. (Machado, 2017, p. 53).

Caso semelhante acontece com Lady Margaret, pois, aos seis anos de idade, ela é prometida em casamento a John de la Pole (1460-1487), Earl of Lincoln, visto que, “nesta época os homens eram considerados donos das mulheres, elas permaneciam sob custódia do pai ou sob custódia do marido” (Teodósio; Holanda, 2020, p. 4). Vemos um exemplo disso na narrativa quando Lady Margaret Beauchamp of Bletsoe explica a Lady Margaret, no caminho para Londres, que o seu primeiro noivado com John de la Pole foi cancelado, e que depende somente do rei Henry VI – detentor da custódia de Lady Margaret desde que o seu pai faleceu –, juntamente com a sua Corte, decidir a qual pretendente ela deve ser entregue:

– Não parece muito entusiasmada – observa ela. – Não quer saber por que estamos indo? Desesperadamente. – Sim, por favor. – Lamento informar que seu noivado com John de la Pole tem de ser rompido. Parecia ser um bom casamento na época em que foi acertado quando você tinha 06 anos; agora, porém, você terá que discordar disso. Enfrentará um grupo de juízes que vai lhe perguntar se quer que seu noivado seja rompido, e você vai responder que sim. Entendeu? Isso parece muito alarmante. – Não saberei o que dizer. – Simplesmente consentirá no fim de seu noivado. Vai dizer apenas sim. – E se me perguntarem se acredito que essa é a vontade de Deus? E se me perguntarem se essa é a resposta a minhas preces? Ela suspira, como se eu a entedisse. – Não vão lhe perguntar isso [...] (Gregory, 2019, p. 18-19).

Aos nove anos, o compromisso passa a ser firmado com Edmund Tudor (1430-1456), Earl of Richmond, por decisão direta do rei Henry VI (1421-1456); em virtude da pequena Lady ser órfã de pai. De acordo com a lei do período, conforme Claudia Optiz (1990), o rei, sendo detentor de sua tutela, tinha o direito de tomar decisões sobre seu futuro quando lhe aprouvesse. Ambas as personagens em tela acabavam por ser, como quase todas as mulheres medievais, apenas instrumentos de joguetes políticos de seus tutores. Uma prova disso consiste na seguinte afirmação do rei D. Pedro III, com relação ao dever de D. Isabel como infanta de Aragão e sua primogênita:

– Chegou o momento de conheceres o teu futuro, minha filha – começou o monarca, com voz branda. Com os cotovelos apoiados nos braços do cadeirão, esfregou as mãos, entrelaçando-as depois, como se precisasse de ganhar coragem para o que ia anunciar. Não encontrando uma forma de contornar o embate, foi directo: – Depois de muito refletir, decidi dar a tua mão em matrimónio ao rei de Portugal. A princesa soltou um grito de choque e levou a mão ao rosto, enquanto a mãe a olhava, de sobrolho tenso e carregado de inquietude. (Machado, 2017, p. 56-57).

Um exemplo semelhante à condição de D. Isabel de Aragão no que diz respeito à submissão ao seu dever como primogênita de sua casa, consiste na seguinte afirmação de Lady Margaret Beauchamp of Bletsoe sobre o segundo noivado – e, posteriormente, o primeiro casamento – de Lady Margaret com Edmund Tudor:

– Você ficará noiva mais uma vez. Não ouviu Margaret? Gostaria que prestasse atenção. É um partido ainda mais importante para você. Primeiro será pupila e, depois, a esposa de Edmund Tudor, o meio-irmão do rei. Os rapazes Tudor são filhos da rainha Catarina de Valois, mãe do rei, em seu segundo casamento, com Owen Tudor. Há dois irmãos Tudor, ambos grandes favoritos do rei, Edmund e Jasper. Ambos com meia realeza, ambos favorecidos. Você se casará com o mais velho. – Ele não vai querer me conhecer antes? – Por que iria querer? – Para ver se gosta de mim. – Não é você que eles querem – replica depois de balançar a cabeça. – É o filho que você gerar. – Mas eu só tenho 9 anos. – Ele pode esperar até você ter 12. – E então me casarei? – É claro. – Ela fica impaciente com minha tolice. – E quantos anos ele terá? Ela reflete por um instante. – Vinte e cinco. Assusto-me. (Gregory, 2019, p. 24).

Para maior surpresa de Lady Margaret, sua mãe confessa-lhe algo que nem mesmo em piores circunstâncias a protagonista esperava que acontecesse:

– Onde ele vai dormir? – preocupo-me pensando na nossa propriedade em Bletsoe, que não tem aposentos vazios para um rapaz e seu séquito, nem para seu irmão mais novo. Ela ri. – Oh, Margaret. Você não ficará comigo. Vai viver com ele e seu irmão no Palácio de Lamphey, em Gales. Mais uma vez, assusto-me. – Milady mãe, a senhora permitirá que eu viva com dois homens adultos, sozinha, com 12 anos? Ela dá de ombros, como se lamentasse, mas nada pudesse fazer a respeito. – É um bom casamento. Sangue azul dos dois lados. Se você tiver um menino, seu direito ao trono se fortalecerá. Você é prima do rei, e seu marido será o meio-irmão do rei. Se tiver um menino, manterá Ricardo de York à distância para sempre. Pense nisso, em nada mais (Gregory, 2019, p. 24-25).

Sobre a questão do matrimônio, conforme Claudia Opitz (1990), a mulher pertencente ao povo<sup>6</sup> não sofre tanto quanto as mulheres da classe mais abastada no que se refere à obrigação para com o matrimônio, pois esse configura-se como um

instrumento de negociações político-econômicas entre as famílias ricas, da nobreza e da realeza, em que as maiores vítimas são as mulheres. Nesse sentido, o sujeito feminino é tratado como um objeto, uma barganha, fazendo com que as mulheres se sentissem como “pacotes”, pois elas valem apenas pelo que podem oferecer (uma aliança político-econômica, a progenitura) e não pelo que são (sujeitos inteligentes, pensantes, com opinião própria, vontades, sagacidade, e com capacidade para exercer um papel político-social como um sujeito civil), de fato.

Ao refletirmos sobre os fragmentos, visualizamos uma primeira recusa ao matrimônio, mesmo que no seu íntimo, através do comportamento pelo qual ambas as personagens femininas nos revelam. O real motivo da aflição de D. Isabel e Lady Margaret era saber que, com o casamento, elas não poderiam dedicar-se integralmente às obras do Cristo, deixando de seguir as suas próprias vontades para atender às de outrem. Essa situação em que as duas se encontram entre a infância e a adolescência resulta em um sentimento de incapacidade e inferioridade como sujeitos perante a sociedade. A historiadora e medievalista francesa Paulette L’Hermite Leclercq (1990) afirma o seguinte:

Uma herdeira legítima podia ficar melancólica ao medir a que ponto a sua pessoa pouco contava. Como não se aperceber de que as suas qualidades próprias não tinham nada a ver com a cobiça dos homens que se acotovelam para a desposar? Ela podia, contudo, ter interiorizado suficientemente o sistema de valores aristocrático para ter orgulho em se identificar com a sua função, se sentir portadora do passado e do futuro de uma linhagem. Ela tinha preço, um peso social e simbólico: este ter servia-lhe de ser (L’Hermite-Leclercq, 1990, p. 281).

Tendo em vista que toda essa situação de ambas as protagonistas revela uma representação da mulher no medievo que se assemelha com o que Marcos Ehrhardt, Alana Campo *et al* (2019, p. 181) discutem, afirmando que “no interior dessas relações, a mulher é apresentada muitas vezes como um sujeito submisso e impossibilitado de exprimir suas vontades e desejos, primeiramente, pela figura do pai e, após o casamento, pela figura do marido”. Nessa perspectiva, isso significa dizer que, a condição de submissa e de dominada das mulheres no sistema patriarcal não muda. A dominação masculina, nesse caso, só é transferida do lar do pai para o do marido, resultando, por conseguinte, em uma

outra instituição que prossegue o matrimônio: a família, instância maior dentro do patriarcado que também aprisiona o sujeito feminino tanto quanto o casamento.

Então, no que concerne à condição da mulher nesse contexto patriarcal revelado nos romances históricos contemporâneos em estudo – tendo como único destino para elas o casamento e, consequentemente, a construção de uma família –, pode-se relacionar o que a escritora estadunidense Kathe Millett (1934-2017) afirma:

A principal instituição do patriarcado é a família. É ao mesmo tempo um espelho e uma conexão com a sociedade maior; uma unidade patriarcal dentro de um todo patriarcal. Mediando entre o indivíduo e a estrutura social, a família efetua o controle e a conformidade quando as autoridades políticas e outras são insuficientes. Como o instrumento fundamental e a unidade básica da sociedade patriarcal, a família e seus papéis são prototípicos. Servindo como um agente da sociedade mais ampla, a família não apenas encoraja seus próprios membros a se ajustarem e se conformarem, mas também atua como uma unidade no governo do estado patriarcal que governa seus cidadãos por meio de seus chefes de família. Mesmo em sociedades patriarcas onde são concedidas cidadania legal, as mulheres tendem a ser governadas apenas pela família e têm pouca ou nenhuma relação formal com o Estado (Millett, 1970, p. 33, tradução nossa).

Assim, com relação à posição das mulheres de classe elevada e da classe aristocrata portuguesa e inglesa no período medieval – principalmente no que concerne às famílias que não têm primogênitos homens para assumir a herança da família –, resta as mulheres recorrerem ao único porto seguro para um futuro socioeconômico estável: o matrimônio. Em consequência disso, o sistema patriarcal, desse modo, acaba permeando pelas esferas econômica, civil, legal, religiosa e política, o que contribui para uma construção ideológica das gerações passadas, presentes e futuras. A sociedade, imbuída dessa ideologia, acaba reproduzindo relações de poder intrinsecamente alicerçadas na imposição e opressão ao sexo feminino nos diversos eixos do constructo social da cultura ocidental, privando, dessa forma, a mulher do acesso ao poder político.

Levando em consideração o exposto no trecho acima, D. Isabel de Aragão, angustiada e triste pelo destino que lhe foi reservado, diz ao pai o seu real motivo de não querer casar-se, expressando o seu inconformismo e desacordo para com o seu progenitor, o rei D. Pedro III, quando ela argumenta que:

– Há muito que conheço o meu destino... – murmurou Isabel. O soberano chegou o corpo à frente, aproximando o ouvido. – Como?... Não escutei o que disseste, minha filha – disse. A princesa elevou a cabeça. – A minha intenção é servir a Deus, senhor. O rei de Aragão atirou com as costas contra o espaldar da cadeira. Inspirou profundamente e depois soltou o ar pelas narinas largas com força. Pensava que aquele assunto estava ultrapassado. Repreendeu-a: – O teu senhor na terra sou eu. Seguirás o meu mando. Agradarás a Deus por isso. Silenciou-se por instantes, avaliando a expressão assustada da filha. [...] A princesa aquiesceu com um aceno de cabeça. Mas insistiu: – Tenho há muito a intenção de servi-Lo no Mosteiro de Santa Clara, senhor – insistiu suavemente (Machado, 2017, p. 58-59).

Mais adiante, podemos observar a reação e a resposta de D. Pedro III à essa insistência de D. Isabel em seguir a sua vida de santidade. Portanto, mesmo sabendo que o seu destino era outro, a protagonista reúne forças para expressar o seu desejo em servir ao divino, reafirmando, assim, a sua recusa ao matrimônio. Desse modo, decepcionado com a afronta de Isabel:

O Mosteiro de Santa Clara não é para ti, minha filha [...] Via-lhe a tristeza muda, os lábios trémulos por ter de calar a mágoa, resignada à obediência. Pedro de Aragão também tinha o peito apertado e falhavam-lhe as palavras de consolo naquele momento. Foi então que Constança interveio, com uma frase que haveria de acompanhar a filha o resto da vida: – A casa do Senhor é o mundo inteiro, minha filha. Não se confina às fronteiras de Aragão (Machado, 2017, p. 59).

Além disso, a infanta aragonesa ainda reafirma o seu propósito dizendo, insistentemente: “– Sinto um chamamento, meu pai... Aquilo fora um sussurro. Mas, num ápice, Pedro III chegou o corpo robusto à frente. – Sentes o quê? – tentou certificar-se. De cabeça baixa, a princesa repetiu: – Sinto um chamamento, senhor” (Machado, 2017, p. 38). Mesmo se opondo à vontade do pai com relação a contrair matrimônio, D. Isabel não tem outra escolha e acaba se submetendo às ordens de seu tutor.

A protagonista confirma a sua missão na terra como santa ao invés de pecadora. Isto é, o seu propósito é ser esposa de Cristo, e não esposa de um homem do qual ela mal conhece e que, ao contrário dela, não tem nenhum aspecto de santidade. Dessa forma, observamos que, em resposta a vez e a voz que as mulheres dessa conjuntura tinham do sagrado, ao contrário, os encarnados as colocavam na condição de silenciamento e abnegação.

Portanto, assim como D. Isabel de Aragão, ao ver que o seu casamento será realizado sem o seu consentimento, não levando em consideração a sua opinião sobre o fato, Lady Margaret Beaufort decide confessar à sua mãe o motivo pelo qual ela se opõe ao matrimônio:

– Não posso ir para um convento? – pergunto baixinho, embora já saiba a resposta. Ninguém respeita meus dons espirituais. – Quando estiver liberada desse noivado, eu não poderei ir? – É claro que não poderá ir para o convento, Margaret. Não banque a idiota. [...] – Mas acho que fui chamada... – Foi chamada a ser mãe do novo herdeiro Lancaster – interrompe ela de forma brusca. – É ambição suficientemente grande para qualquer menina. Agora vá se aprontar. Suas criadas já fizeram suas malas. Você só precisa pegar a sua boneca para a viagem (Gregory, 2019, p. 19).

Quando lemos o trecho, observamos três elementos que se contrastam. O primeiro diz respeito à insistência da protagonista em ir para o convento. O segundo consiste na negativa de sua mãe ao desejo de sua filha, nos mostrando, de maneira explícita, como se configurava o destino das meninas no medievo europeu, assim como a sua limitação em relação às suas ambições que se resumiam, por sua vez, ao matrimônio e a progenitura. O terceiro elemento contrastivo, que é destacado pelo vocábulo “boneca”, nos mostra uma denúncia com relação à situação de Lady Margaret. Isto é, a sua infância é vivenciada com as responsabilidades de uma mulher adulta. Assim, com relação à sua atitude de resistência no que concerne ao matrimônio, observamos isso desde o primeiro casamento de Lady Margaret com Lord Edmund Tudor, Earl of Richmond, quando ela afirma para a sua mãe que:

– Sempre pensei que seria uma virgem como Joana d’Arc. – Tento outra vez. Puxo sua manga para que preste atenção no que falo. – A senhora sabe que esse sempre foi o meu desejo. Queria ir para um convento e ainda quero. Talvez eu seja chamada. Talvez seja a vontade de Deus. Devíamos nos aconselhar. Podemos perguntar ao padre agora, antes que seja tarde demais. E se Deus me quiser só para Ele? Nesse caso, meu casamento será uma blasfêmia (Gregory, 2019, p. 33).

De acordo com o fragmento, percebemos que Lady Margaret tenta utilizar diversos argumentos para convencer a sua mãe de que o casamento não é o seu futuro. Como uma forma de persistência e reafirmação sobre o seu destino santo, assim como uma resistência à vida marital, Lady Margaret eleva a sua voz ao longo da narrativa romanesca dizendo o seguinte: “– [...] Desde bem pequena, com 5 anos talvez, sei que

sou uma criança especial aos olhos de Deus. Durante anos pensei que se tratasse de um dom singular – às vezes sinto a presença de Deus perto de mim, às vezes sinto a benção de Nossa Senhora [...]” (Gregory, 2019, p. 12). Isso nos mostra, por conseguinte, o quanto convicta a protagonista mostra-se sobre o seu dever para com o divino, embora os seus argumentos não sejam válidos para os seus tutores, pois, como sujeito silenciado dentro do patriarcado, as mulheres não têm voz nem vez nessa estrutura social patrística, visto que,

a importância primordial atribuída ao casamento – como meio de criação e conservação das estruturas de poder e de propriedade – não permite, sobretudo, nas camadas sociais mais elevadas, detentoras de bens e de poder, que uma rapariga influenciasse os planos de casamento traçados pelas gerações mais velhas (Opitz, 1990, p. 362).

Além dessa declaração à viva voz da protagonista sobre o seu sentido de uma vida de santidade, mais adiante, já estando casada com Lord Edmund Tudor, Earl of Richmond – mesmo contra a vontade de Lady Margaret –, a personagem revela o peso que o matrimônio se configura para ela, ao afirmar: “Este é o meu martírio: o casamento com o seu irmão [de Jasper Tudor] nesse castelo rústico e horrível de Gales. Ofereço a Deus o sacrifício e sei que ele me recompensará” (Gregory, 2019, p. 38-39, acréscimo nosso). Todavia ela tenta se adaptar à toda essa situação, de forma resignada, porém, comportando-se como uma mártir, pois, “se fosse permitido a uma mulher odiar seu marido, eu o odiaria como um estuprador. Rezo para que Ela (Nossa Senhora) perdoe Edmund Tudor, o torturador de sua filha especialmente favorecida por Deus – eu, que não tenho pecado, nem, certamente luxúria (Gregory, 2019, p. 39).

Dessa forma, no que consiste a repressão e sujeição dessas mulheres aos matrimônios e dentro desses, Claudia Opitz (1990) argumenta que:

A repressão das mulheres por meio dos casamentos combinados baseia-se muito mais na redução de sua existência a uma vida ao lado de um homem, reduzida aos interesses e necessidades deste, no controle da sexualidade e do corpo femininos e na deformação psíquica da esposa, encarada como uma estranha. Apesar disso, as mulheres (jovens) tentaram sempre influenciar essa decisão, quer solicitando posteriormente a anulação eclesiástica do casamento, quer colocando-se sob a proteção de um convento e de um voto de castidade para escapar à política matrimonial da família, como fez Inês da Boémia em

meados do século XIII, bem como a princesa Isabel, irmã de São Luís (Opitz, 1990, p. 363).

Ao levarmos em consideração o exposto por Claudia Opitz (1990), conseguimos identificar em D. Isabel e Lady Margaret essas mesmas tentativas de fugas realizadas por Inês da Boémia e Isabel, irmã de São Luís. Reconhecemos, também, que tanto D. Isabel quanto Lady Margaret utilizam desse senso de santidade como subterfúgio e/ou uma estratégia para evitar a repressão que elas poderiam sofrer caso fossem submetidas ao matrimônio. Diante disso, mesmo sendo ainda crianças, vemos o quanto conscientes a Princesa e a Condessa eram com relação aos seus destinos como objetos dentro do sistema patriarcal.

Em acréscimo, sendo obrigada a se casar pela segunda vez, depois de ter ficado viúva, agora com Sir Henry Stafford, o filho do Duke of Buckingham, Lady Margaret Beaufort revela ao leitor o seu sentimento de inconformismo com a sua situação:

[...] Não tem a menor importância eu querer me casar. Não importa se eu tenho medo do casamento, de consumá-lo, do parto, de tudo relacionado ao papel de esposa. Ninguém nem mesmo pergunta se perdi minha vocação de infância, se ainda quero ser freira. Ninguém definitivamente se importa com o que eu penso. Tratam-me como uma jovem comum, criada para o casamento e a reprodução, e como não me perguntam o que acho nem respeitam o que eu sinto não há absolutamente nada que possa detê-los (Gregory, 2019, p. 61).

De fato, como a própria protagonista nos mostra, as mulheres nessa condição não poderiam falar, elas não têm opinião própria, só devem resignar-se e aceitar o seu ônus. Levando em consideração esses comportamentos de resistência ao casamento por D. Isabel e Lady Margaret, segundo a socióloga e feminista brasileira Rose Marie Muraro (2002), no que diz respeito ao desejo de algumas mulheres pelo celibato na Idade Média, afirma:

[...] O celibato livrava as mulheres não só da sobrecarga da domesticidade e da reprodução como também do domínio masculino. As mulheres consagradas foram pouco a pouco construindo suas próprias estruturas nos primórdios da Idade Média, até que acabaram muito poderosas e influentes. Pouco a pouco, as abadessas foram se tornando muito ricas, governando vastos domínios, até o século IX, quando Carlos Magno formou o Santo Império, tornando-se senhor absoluto de boa parte da Europa (Muraro, 2002, p. 103).

Dessa maneira, vemos explicitamente que, “[...] a opressão das mulheres não é apenas econômica; é só uma parte disso. *A opressão das mulheres é total* e, portanto, existe na mente, é a opressão psicológica [...]” (Millett, 1968, p. 12, tradução nossa e grifos nossos). Desse modo, a opressão e a repressão são dois elementos que definem a situação pela qual passam as protagonistas. Ambos nos revelam diversas outras associações estereotipadas que mostram, de forma explícita, a inferioridade na qual as mulheres se encontram dentro do patriarcado.

Kate Millett (1968) aponta que a subalternização da mulher é total, porque a subjuga ao sistema patriarcal não só em termos de corpo, mas também, de mente e de espírito. Isso fica claro quando o pai de D. Isabel, D. Pedro III de Aragão afirma: “– Tua mãe falou com sabedoria. Deves estar grata. D. Dinis é um rei completo. Portugal tem fronteiras sólidas e acredito que o monarca será um bom marido e aliado” (Machado, 2017, p. 59). Vemos, pois, que ambas as protagonistas são pressionadas a cumprirem com o seu dever, que consiste em casar-se por conveniência para que suas famílias firmem alianças, fortalecendo-as de forma política e econômica. Assim, a respeito do papel das mulheres na Idade Média, Claudia Opitz (1990) diz que:

[...] A prática dos casamentos concluídos em criança, tão difundida nas camadas sociais mais elevadas, encontrava aqui a sua legitimação; mas também entre as famílias aristocráticas e da baixa nobreza se considerava que uma rapariga estava <<apta para casar>> entre os doze e os quinze anos de idade. É claro que com isso se reduziam as hipóteses de as raparigas conseguirem impor a sua própria vontade na celebração de um casamento (Opitz, 1990, p. 364-365).

Nessa conjuntura, as dinastias de Aragão e de Lancaster dependiam das virtudes de D. Isabel e de Lady Margaret. Outrossim, identificamos uma atitude semelhante com Lady Margaret Beaufort, quando percebemos que lhe é negado o direito de fala ante a sua condição como mulher e futura esposa:

Espero alguém pedir meu consentimento, a oportunidade de explicar que sou destinada a uma vida de santidade [...] O rei mal olhou para mim, não sabe nada a meu respeito, não mais do que sabia antes de eu entrar na sala, e, ainda assim, me atribuiu a um novo tutor, entregou-me a outro estranho. Como ele não percebe que sou uma criança de santidade especial, como ele o foi? Não terei a chance de lhe contar sobre os meus joelhos de santa? – Posso falar? – sussurro para minha mãe. – É claro que não. Então como o rei saberá quem sou

se Deus não se apressar em dizer a ele? – E agora, o que acontece? [...] (Gregory, 2019, p. 23-24).

Portanto, observamos que, o papel das mulheres no contexto medieval europeu resumia-se, principalmente, à submissão ao sexo oposto, pois elas eram “apropriadas para o matrimônio, para a progenitura, e para o cuidado com o lar” (Perrot, 2017, p. 180). Vemos que, isso “[...] é o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família, a mulher é oprimida [...]” (Beauvoir, 2019, p. 85). De fato, D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort são estritamente imaculadas e propriedades de seus pais. Assim, para não se prejudicarem diante do jugo patriarcal e como uma forma de não sofrerem ainda mais opressão, repressão e repreensão desse, elas precisam agradar e, para isso, elas necessitam dissimular um bem-estar do qual não se configura como verdadeiro, tornando-se, desse modo, ainda mais frágeis dentro dessa estrutura opressora. Diante disso, constatamos que, dentro do patriarcado, a mulher “é um sexo que se chama de frágil e, no entanto, exerce, seja sobre a família, seja sobre a sociedade, uma espécie de onipotência tanto para o bem quanto para o mal” (Perrot, 2017, p. 169). Um exemplo disso explicita-se no seguinte trecho, quando D. Isabel desconfia que o seu destino como esposa está próximo, mas por estar à mercê do sistema patriarcal, a infanta não pode protestar contra o seu “destino de mulher” (Beauvoir, 2019, p. 395)

### **3 “HUMILDE E PENITENTE QUE SE DANEM! OCULTA E PACIENTE, ESSE SERÁ O MEU LEMA”<sup>7</sup>**

Agora o lema não é mais “Humilde e Penitente”, mas sim, “Oculta e Paciente”. O lema que abre essa nova etapa na análise das protagonistas diz respeito às transgressões de D. Isabel de Aragão e de Lady Margaret Beaufort dentro do matrimônio. Na fase anterior, mostramos o primeiro movimento de transição: o de resistência, afirmado querer seguir as suas vocações de freiras em um convento, o que não foi possível; e, ao mesmo tempo, o de submissão ao casamento, sendo que, ambas as protagonistas dão ênfase aos seus inconformismos e a sua resistência ao matrimônio, aludindo uma futura vida casta. Agora, passamos a mostrar os outros dois movimentos transitórios das personagens: o de submissão e o de transgressão. Pois, mesmo se submetendo ao

matrimônio, elas encontram um subterfúgio para fugir das suas responsabilidades maritais como esposas: a vida santa.

No que diz respeito às transgressões de D. Isabel, percebemos que a sua postura de santidade se configura como um artifício de resistência ante os deveres matrimoniais, quando esse aspecto também é constatado pelo seu próprio marido, D. Dinis I, nos primeiros dias de casados:

O rei voltara de uma ausência de vários dias e entrou pelos aposentos da mulher, trazendo o sol no rosto animado. Foi encontrá-la no oratório, já pronta para o sarau. Sentindo-o entrar, Isabel não se moveu, continuando a oração. Ele tão pouco se incomodou, ciente de que antes de si vinha Deus no coração da mulher. Sentou-se numa arca encoirada e aguardou que terminasse, observando-a. Envergava um sumptuoso brial de brocado de seda azul. Um cinto de medalhões de ouro desenhava-lhe a anca que ganhara formas, mais arredondada no último ano. Viu-a passar os dedos pelo terço, os lábios a mexer, de olhos fechados. Apreciou-lhe o perfil, de uma delicadeza de estátua, feições esculpidas por mãos de mestre. Com o véu sobre os cabelos louros, a pose e a entrega absoluta, Isabel era a imagem de uma santa. De uma bela santa... (Machado, 2017, p. 128).

Essa atitude por parte da protagonista deixa o rei desanimado no que concerne à consumação do seu matrimônio com a sua esposa, pois ele percebe um certo distanciamento da rainha de Portugal referente à prática das relações sexuais entre os cônjuges. Um outro momento também percebido pelo rei D. Dinis com relação à dedicação de D. Isabel à sua vida de santidade e às instituições religiosas mais do que a sua própria vida conjugal, é exposto ao leitor em um diálogo entre os esposos sobre as caridades de D. Isabel e a sua afeição às Clarissas, quando o rei D. Dinis a questiona:

– Interessai-vos pela Ordem das Clarissas? – perguntou o rei com simpatia. O rosto dela iluminou-se. – Muito. Ainda pensei... Mas interrompeu a frase. Não iria dizer ao homem com quem casara que o sonho da sua vida era ter professado no Mosteiro de Santa Clara na sua terra, se não tivesse sido obrigada a forjar uma aliança para o seu pai (Machado, 2017, p. 146).

Essa dedicação determinada de D. Isabel à vida religiosa acaba por despertar um incômodo no marido, pois, assim como Lady Margaret Beaufort, D. Isabel prefere abster-se dos deveres conjugais para jejuar, rezar, dedicar sua vida ao divino ao invés do matrimônio, configurando-se como uma forma de fuga perante as suas obrigações de esposa. Isso, de certo modo, se apresenta como um dos aspectos que nos mostram que,

mesmo submetida à condição de esposa resignada, a rainha de Portugal encontra meios pelos quais ela conserva o seu mais profundo desejo de consagrar-se à deidade e, com isso, libertar-se das obrigações terrenas que são destoantes do seu propósito como instrumento de Deus na terra.

Ademais, ao pensar sobre o bastardo que D. Dinis já tinha fora de portas, D. Pedro Afonso, e a escassez de filhos legítimos com D. Isabel – em virtude da frequente dedicação da mulher à uma vida de castidade e santidade, demonstrando repulsa pelo marido, o que o fazia recorrer às mancebas –, o narrador onisciente nos diz que D. Dinis: “Amava Isabel, mas o apego do coração podia ser separado da luxúria, pensou. Via-a muito presa das orações, demasiado perfeita aos seus olhos; como se pode desejar alguém que recorda uma santa, de mãos postas e joelhos no chão, permanentemente em frente aos oratórios?” [...] (Machado, 2017, p. 158).

Neste aspetto, a narrativa de Isabel Machado “[...] estabelece relações com historiadores mais recentes, ao argumentar que a rainha dava pouca importância ao esposo (Medeiros, 2013, p. 06). Semelhante a isso, outro romance estudado por Medeiros, *Os pecados da Rainha Santa Isabel*, da autoria de António Cândido Franco, mostra que “[...] o rei estava inteiramente apaixonado por ela e mesmo sem nada a receber em troca a trata com carinho e dedicação recebendo apenas desprezo e aversão” (Medeiros, 2013, p. 06).

Esse desejo d’el-rei D. Dinis de aproximar-se carnalmente da esposa se confirma no seguinte trecho, quando ele nos mostra a sua frequente admiração por D. Isabel como mulher, embora ela não o corresponda da mesma forma: “Quando a via solta, a falar das suas obras na rua, sim, chegava a olhá-la de outra forma, com a sua alegria e o sorriso no rosto que fazia ainda mais belo, de mulher, o corpo alto e torneado. Superava-o em altura, uma boa mão travessa” (Machado, 2017, p. 158-159). Pois, D. Dinis “amava-a de verdade, daquela maneira que se diria fiel se não distribuísse favores por outros corpos” (id, p. 159). Porém, ao visualizar a áurea de santidade da esposa em virtude de suas práticas religiosas que se configuravam de maneira fervorosa, D. Dinis entristece em saber que, ao invés de D. Isabel cumprir o seu papel de cônjuge, ela prefere abster-se da vida terrena e dedicar-se à vida espiritual, a começar por manter o celibato e a castidade mesmo dentro do casamento.

Vemos que esse aspecto explicita-se em um trecho do romance quando D. Dinis assume que gostaria de levar uma vida conjugal “normal” com a sua esposa D. Isabel:

[...] mas dentro dos aposentos, todos aqueles círios e santos, crucifixos, tudo lhe recordava a Eucaristia divina, ia-se-lhe a paixão da carne. Meses antes, chegara a anunciar que queria visitá-la à noite, mas chegando à câmara, perdera o viço do corpo quando a vira ainda nas preces, que não interrompia nem com a terra a tremer. Literalmente. Acontecera em Lisboa um tremor médio, suficiente para causar alarme na alcáçova, mas Isabel nem largara a capela. Pois se era a vontade de Deus... (Machado, 2017, p. 159).

Então, levando em consideração o exposto, vemos que esse último fragmento explicita a resistência de D. Isabel aos deveres conjugais como uma transgressão dentro do próprio matrimônio, apesar de que essas transgressões se configurem na sua dedicação à vida religiosa e a busca por uma vida de santidade, mas que se apresentam como uma fuga dos padrões impostos pela sociedade patriarcal à mulher medieval europeia. Portanto, constamos que, mesmo que de forma sutil e velada, D. Isabel tenta resistir à opressão do patriarcado, mesmo que isso seja de uma forma incomum: através do sagrado.

Assim como D. Isabel de Aragão, identificamos as transgressões de Lady Margaret Beaufort dentro do matrimônio, no que diz respeito ao não cumprimento dos deveres conjugais de uma esposa, no seu segundo casamento, com Sir Henry Stafford; tendo em vista que, isso acontece mesmo ela estando em uma condição de submissão. Esse aspecto fica claro no seguinte fragmento, quando a protagonista afirma:

Sir Henry me dá muita liberdade, permitindo que eu vá à capela quantas vezes quiser. Tenho à minha disposição o padre da igreja contígua à nossa casa. Ordenei que os serviços obedecessem à ordem diária de um mosteiro e compareço a quase todos, até mesmo aos ofícios da noite em dias santos, e meu marido não faz nenhuma objeção. Ele me dá uma pensão generosa e me encoraja a comprar livros. Começo a criar a minha própria biblioteca de traduções e manuscritos e, ocasionalmente, ele se senta comigo e lê para mim o Evangelho em latim. Eu o acompanho com uma tradução para o inglês que ele mandou copiar para mim, e, aos poucos, começo a entender. Em suma, esse homem me trata mais como sua jovem pupila do que como sua esposa e provê os meios para minha saúde, educação e vida religiosa. Ele é atencioso e cuida de meu conforto, não se queixa de um bebê ainda não ter sido concebido e cumpre seu dever com delicadeza (Gregory, 2019, p. 89).

O fato de que o seu segundo marido, Sir Henry Stafford – mesmo que de forma dissimulada, pois, na sociedade patriarcal, principalmente, “na concepção medieval do

mundo, a maternidade era tão importante como o casamento ou a situação familiar para o dia a dia da mulher e para a sua posição na sociedade” (Opitz, 1990, p. 377) –, corrobora com o seu ofício para com o divino, de certo modo, nos mostra que Lady Margaret mantém uma vida casta mesmo estando casada, tentando, dessa maneira, cumprir com o seu desejo de infância: seguir uma vida de santidade, seu casamento não passando apenas de uma mera conveniência.

A própria protagonista, no seu terceiro casamento, agora com Lord Thomas Stanley, Earl of Derby, afirma para esse último a dissimulação do seu falecido marido, Sir Henry Stafford, na seguinte passagem: “Talvez Sir Henry tenha esperado de mim mais do que um afeto zeloso; meu amor, entretanto, foi dado ao meu filho, a minha família e a meu Deus muito antes de nos conhecermos. Desejei uma vida casta desde minha infância, e nenhum de meus maridos será capaz de desviar-me de minha vocação [...]” (Gregory, 2019, p. 200). Reforçando o seu posicionamento, mais adiante, com as referidas palavras:

Uma mulher de juízo só se casa para melhorar a situação de sua família. Só uma tola sonha toda noite com um casamento por amor [...] Se eu me casar com um homem por amor, será a primeira vez em uma vida que teve duas uniões sem esse sentimento. A paixão entre um homem e uma mulher não é a estrada designada para mim. Sei que Deus quer que seu sirva a meu filho e a minha casa na Inglaterra (Gregory, 2019, p. 200-201).

Mediante o exposto, vemos que Lady Margaret tem consciência de como funciona o mercado matrimonial no medievo europeu, pois, de fato, ela mesma foi uma de suas maiores vítimas. Porém, para o seu infortúnio, tanto ela teve que se submeter ao matrimônio quanto à maternidade, o que, de certa maneira, essas duas condições destoam do seu propósito divino. Portanto, a Condessa de Richmond aproveita a oportunidade de que os seus dois primeiros casamentos foram apenas por conveniência, para utilizar a sua vida de santidade como subterfúgio em resistência à luxuria no seu terceiro casamento, dessa vez, com Lord Thomas Stanley: “Por um momento, olhando para o seu rosto voltado para o chão, me pergunto se, de fato, quero que concorde tão prontamente com a ideia de que será meu marido, mas nunca meu amante” (Gregory, 2019, p. 211).

Ainda no seu terceiro casamento com Lord Thomas Stanley, Lady Margaret deixa algumas condições bem claras para o seu novo marido, tendo em vista que tais exigências estão diretamente ligadas à sua vida santa:

– Creio que meus conselheiros esclareceram que pretendo que não haja descendentes de nosso casamento, estou certa? Ele não ergue o olhar para mim, talvez eu o tenha deixado constrangido sendo demasiadamente objetiva. – Entendi que o casamento será um compromisso, mas não um ato consumado. Partilharemos a cama à noite para cumprir o contrato, mas você se considera tão casta como uma freira. Respiro fundo. – Espero que seja conveniente para você. – Perfeitamente (Gregory, 2019, p. 211).

Ao lermos o fragmento, devemos lembrar que, o terceiro casamento de Lady Margaret foi devidamente articulado por ela mesma. Com o objetivo de se infiltrar na corte do rei Edward IV e da rainha Elizabeth Woodville, a protagonista propõe um matrimônio a Lord Henry Stanley em virtude de esse ser o *Lord* de mais confiança de Edward IV, e que, consequentemente, servia diretamente ao rei. Casando-se com Lord Stanley, Lady Margaret se aproxima do seu inimigo – ocupando o cargo de *Lady in Waiting* da rainha Elizabeth Woodville. Isso significa que, estando perto de seus adversários, a protagonista irá conseguir agir politicamente, em favor do seu filho, Henry Tudor, justificando as suas ações enfaticamente através do sagrado.

Ademais, mais uma vez, Lady Margaret Beaufort confirma o motivo pelo qual decide levar uma vida casta dentro do casamento quando ela mesma diz: “– Acredito ter sido escolhida por Deus para um propósito superior – explicou, [...]. – E é a vontade Dele que eu esteja preparada. Não posso ser amante de um homem e serva de Deus” (Gregory, 2019, p. 211). Assim, diante dessas declarações da protagonista, vemos claramente a sua resistência dentro do matrimônio no que consiste aos prazeres da carne e a condição de progenitura, corroborando, por conseguinte, com a nossa ideia-tese defendida no presente tópico:

– A falta de desejo, deve se lembrar, foi requerida em nosso contrato de casamento. Uma cláusula estipulada por você [Lady Margaret Beaufort]. [...] Você não faz o meu tipo de mulher, e só Deus sabe que tipo de homem despertaria desejo em você. Se é que existe algum. Duvido que até o pobre Jasper tenha causado mais do que uma comoção frígida (Gregory, 2019, p. 223).

Através dessas palavras de Lord Thomas Stanley, em uma conversa dele com Lady Margaret Beaufort, vemos sob a ótica da personagem masculina o que ele pensa a respeito da protagonista. Visualizamos que, na opinião do Conde Thomas Stanley, Lady Margaret,

de fato, é quase destituída de desejos carnais. Destarte, ao levarmos em consideração a conjuntura na qual a protagonista se encontra, além de todas as suas atitudes com relação à sua vocação divina, constatamos que a Condessa de Richmond e Derby persiste em recusar o enlace matrimonial, dedicando-se, desse modo, à uma vida de castidade e de santidade; principalmente, quando Lord Thomas Stanley enfatiza: “[...] e só Deus sabe que tipo de homem despertaria desejo em você. Se é que existe algum [...]” (Gregory, 2019, p. 223).

Um outro momento de reconhecimento das virtudes de santa da esposa, é quando o próprio marido de Lady Margaret, Lord Thomas Stanley, diz:

– Quando nos casamos, você me disse que havia se devotado a Deus e a sua causa [...]. Você desejava uma vida casta [...]. Se você fosse uma mulher que pudesse ser controlada por sentimento, teria ido para junto de Jasper e o seu filho há 12 anos. Afeição não é importante para você [...] (Gregory, 2019, p. 224).

Como exposto, esse fragmento do romance extraído de um diálogo entre os cônjuges revela, de fato, a configuração do casamento de Lady Margaret, assim como, mostra sua resistência ao afeto conjugal. Desse modo, fica explícita a resistência da protagonista com relação às suas obrigações como esposa medieval europeia, trocando o leito de seu marido pelo genuflexório; preferindo passar suas noites em orações na capela ao invés de ceder à luxúria marital. Assim, ao observarmos esses movimentos de oscilações entre submissão e transgressão e vice-versa, visualizamos a forma como D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort são construídas como personagens românticas, isto é, ambas ganham um protagonismo nas metaficações historiográficas contemporâneas em tela.

Por conseguinte, ao traçarmos o perfil de duas personagens femininas alocadas na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa, conseguimos identificar diversos aspectos semelhantes entre ambas, dentre eles: a sua submissão ao sistema patriarcal, no que consiste à instituição do casamento; o cumprimento do dever para com as suas dinastias; a religiosidade; e, o seu fardo; características inerentes aos indivíduos tanto reais quanto ficcionais quando são de origem desse recorte sócio-histórico e político-cultural. Diante disso, expusemos que o sistema patriarcal delimita os papéis dos sexos masculino e

feminino, atribuindo-lhes tarefas que estão ligadas aos fatores biológico e ideológico dos indivíduos, ou seja, a mulher é destinada ao cuidado da vida privada, enquanto o homem é encarregado pela vida pública, em outras palavras, a denominada “política sexual” (Millett, 1970, p. 23-24).

Então, é dessa configuração de sociedade que surge o cumprimento de deveres, quando D. Isabel de Aragão é obrigada a casar-se contra a sua vontade, assim como, Lady Margaret Beaufort. Quando falamos que se casaram contra as suas vontades – como explicitamos na discussão do referido tópico –, referimo-nos ao fato de que ambas desejavam, desde a infância, como mostramos na análise das personagens, seguir uma vida ortodoxamente religiosa, afirmando que os seus destinos eram servir a Deus, ansiando por serem freiras ou abadessas, e com isso, alcançar uma vida de santidade. Visto que, “[...] a vida conventual torna a mulher independente do homem: certas abadessas detêm grandes poderes. Heloísa celebrou-se tanto como abadessa como grande amorosa [...]” (Beauvoir, 2019, p. 146), comprehende-se que:

[...] as jovens que queriam escapar ao espartilho dos planos matrimoniais da família só podiam contar com a astúcia, a mentira e a ajuda de Deus, como nos indicam algumas biografias de mulheres dos finais da Idade Média: por exemplo Clara de Assis, a proeminente fundadora de ordens e conventos, e a sua irmã mais nova, Inês, escaparam a altas horas da noite de casa dos pais e encontraram refúgio junto de São Francisco e dos seus irmãos pouco convencionais, e se não tivessem tido ajuda do céu – como refere o seu hagiógrafo – não teriam nunca conseguido resistir às ameaças, às injúrias e à pancada dos seus parentes masculinos (Opitz, 1990, p. 365).

Isto, de certa maneira, não foi possível para D. Isabel e Lady Margaret, em virtude dos seus deveres como mulheres, como nobres, pertencentes a realeza e como joguetes no xadrez político europeu, embora o seu árduo desejo de reclusão no convento perdurasse por toda a sua vida.

Em síntese, mulheres como D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort não enxergavam o casamento como um meio de alcançar o amor *villano*, mas sim, como um obstáculo face ao seu árduo desejo de uma vida santa mediante a ortodoxia cristã. Dessa forma, as protagonistas convivem com diversos empecilhos no que diz respeito à sua vida de santidade, uma vez que tiveram uma educação alicerçada nos princípios franciscanos e marianos. Porém, elas são submetidas ao compromisso de estabelecer harmonia às

desavenças internas e externas dos reinos de Aragão, Portugal, Castela e Inglaterra através dos seus matrimônios com D. Dinis, Lord Edmund Tudor, Sir Henry Stafford e Lord Thomas Stanley; sendo o primeiro, marido de D Isabel e os três últimos, maridos de Lady Margaret.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçarmos o perfil de duas personagens femininas alocadas na Baixa Idade Média portuguesa e inglesa, conseguimos identificar diversos aspectos pertinentes à nossa análise sobre D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort, dentre eles: a sua submissão ao sistema patriarcal, no que consiste à instituição do casamento; o cumprimento do dever para com a suas dinastias; a religiosidade; e, os seus fardos; características inerentes aos indivíduos tanto reais quanto ficcionais quando são de origem desse recorte sócio-histórico-político-cultural. Diante disso, expusemos que o sistema patriarcal delimita os papéis dos sexos masculino e feminino, atribuindo-lhes tarefas supostamente ligadas aos fatores biológico e ideológico dos indivíduos, ou seja, a mulher é destinada ao cuidado da vida privada, enquanto o homem é encarregado pela vida pública, em outras palavras, a denominada “política sexual” (Millett, 1970, p. 23-24).

Então, é dessa configuração de sociedade que surge o cumprimento de deveres por parte das mulheres, momento em que D. Isabel de Aragão e Lady Margaret Beaufort são obrigadas a casarem-se contra as suas vontades. Quando falamos em se casar contra as suas vontades – como explicitamos na discussão do primeiro tópico do presente artigo –, refiramo-nos ao fato de que a Rainha de Portugal e a Condessa de Richmond e Derby desejavam, desde as suas infâncias, como mostramos na análise das personagens, seguirem uma vida ortodoxamente religiosa; quando afirmam que os seus destinos eram servir a Deus, ansiando por serem freiras ou abadessas e, com isso, alcançar uma vida de santidade. Visto que, “[...] a vida conventual torna a mulher independente do homem: certas abadessas detêm grandes poderes. Heloísa celebrizou-se tanto como abadessa como grande amorosa [...]” (Beauvoir, 2019, p. 146). O que, de certa maneira, não foi possível para D. Isabel e Lady Margaret, em virtude dos seus deveres como mulheres,

como nobres, pertencentes à realeza e como joguetes no xadrez político europeu; embora os seus árduos desejos de reclusão no convento perdurassem por toda as suas vidas.

Compreende-se que, em seu constructo social, as mulheres, sejam nobres ou abastadas, não tinham o direito de demonstrar aprovação ou desaprovação com relação às decisões sobre o seu futuro – futuro esse que era decidido por outrem –, pois eram relegadas ao emudecimento, à obediência e à resignação, quando tinham que adotar o lema “Humilde e Penitente”, e cumpri-lo à risca.

No que concerne ao segundo movimento de oscilação, que diz respeito à submissão-transgressão das personagens femininas, consiste no momento em que elas se casam, saindo da situação de obediência ao pai para a condição de submissão ao marido. D. Isabel e Lady Margaret deixam claro para o leitor que a sua luta não está totalmente perdida, isto é, elas não se submeteriam integralmente, momento quando surge a resistência das protagonistas em análise. De fato, a partir desse momento, elas transgridem e, com isso, adotam um novo lema: “Oculta e Paciente”. Pois, mesmo estando ambas casadas, sob a tutela de seus maridos, elas conseguem encontrar maneiras de tentar seguir uma vida santa, dedicando-se à castidade e à santidade como fuga da luxúria conubial.

Em suma, evidenciamos que, as práticas como a castidade, os jejuns, as rezas; a quantidade de tempo gasto em genuflexórios, capelas, instituições religiosas; a abstinência sexual; além da ausência de afeto delas para com os seus esposos, configuram-se como artifícios, subterfúgios e uma forma de resistência no que diz respeito à concretização dos seus deveres conjugais. Desse modo, constatamos que essas atitudes elencadas das protagonistas soam como transgressões; pois, mesmo tendo se submetido à conjuntura do sistema patriarcal, elas levam uma vida de santidade, tanto para atender os seus desejos de toda a sua vida em servir ao divino – já que não puderam entrar em um convento e tornarem-se freiras ou abadessas – como uma forma de se desprender das amarras de uma sociedade em que predominava, com mais vigor, a prática androcêntrica e falocêntrica, calcada em um pensamento hegemônico e supremacista masculino.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução: Sérgio Milliet. Vol. I. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Tradução: Sérgio Milliet. Vol. II. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- EHRHARDT, M. L.; CAMPO, A. T. Q. de *et al.* O feminino na Antiguidade e na Idade Média. **Revista Diálogos Mediterrâneos**. Curitiba. n. 16, 2019. p. 275-289. Disponível em: <https://dialogosmediterraneicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/354>. Acesso em: 10 de junho de 2021.
- FERREIRA, Simone dos Santos Alves. **Mito e Criação Literária**: o repensar paródico dos mitos Inesiano e Isabelino. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.
- GREGORY, Philippa. **The White Princess**. New York: Simon & Schuster Ltd, 2013.
- GREGORY, Philippa. **A Rainha Vermelha**. Tradução de Ana Luíza Dantas Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- KLAPISH-ZUBER, C. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **A História das Mulheres no Ocidente**: A Idade Média. Volume II. Círculo de Leitores: Porto, 1990. p. 09-23.
- L'HERMITTE-LEQUERQ, Paulette. A ordem feudal (séculos XI-XII). In: DUBY, G.; PERROT, M. (org.). **A História das Mulheres no Ocidente**: A Idade Média. Volume II. Círculo de Leitores: Porto, 1990. p. 272-329.
- MACHADO, Isabel. **A Rainha Santa**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017.
- MEDEIROS, A. Entre Ficção e História: Isabel, A Rainha Santa de Portugal. **Revista Graphos**. Revista de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, v. 15. n. 01, 2013. p. 01- 11. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/16313>. Acesso em: 07 de setembro de 2020.
- MEDEIROS, Aldinida. **Mulheres no romance histórico contemporâneo português**. Curitiba: Appris, 2019.
- MILLETT, K. **Sexual Politics** (Kate Millett, 1968). In: Women and Marxism. Marxist Internet Archive (MIA). Organization: Sally Ryan. [s.l.], 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/women/authors/millett-kate/sexual-politics.htm>. Acesso em: 22 de ago. 2019.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. Univerty of Illinois Press, Urbana and Chicago. New York: Doubleday, 1970.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: uma história através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 6.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

OPITZ, C. O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: DUBY, G.; PERROT, M. (org.). **A História das Mulheres no Ocidente**: A Idade Média. Volume II. Círculo de Leitores: Porto, 1990. p. 352-435.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 10. Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PONTES, Francisco Edinaldo de. **Política e teocentrismo em A Rainha Santa e A Rainha Vermelha**: a representação feminina em perspectiva. 165 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade). Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade. Centro de Educação. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2022.

TEODÓSIO, G. M.; HOLANDA, H. M. de. O feminino na Idade Média, seu lugar na historiografia e a herança para a contemporaneidade. In: Conedu – VII Congresso Nacional de Educação. **Educação como (re)Existência**: mudança, conscientização e conhecimentos. Maceió. 2020. p. 01- 11. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69034>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

<sup>1</sup> Este Artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A pesquisa contou com Bolsa Capes; e foi desenvolvida no âmbito dos estudos de releituras do período medieval, do Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos (GIELLus).

<sup>2</sup> Doutora em Literatura Comparada (PPgEL/UFRN). Pós-Doutorado pela Universidade de Coimbra (2015). Pós-doutorado pela Universidade de Évora (2019)

<sup>3</sup> Especialista em Revisão de Textos (PUC Minas). Graduado em Licenciatura Plena em Letras - Inglês (UEPB)

<sup>4</sup> Texto original: “Humble and Penitent, this is my motto! And you would do well to abide by it”. Referência ao lema que Lady Margaret Beaufort impõe à sua nora, Elizabeth of York, no romance histórico contemporâneo inglês *The White Princess* (2013), de Philippa Gregory.

<sup>5</sup> “A Idade Média foi um período de intensa misoginia, ‘todos os relatos que chegam até mim e me informam vêm dos homens, convencidos da superioridade de seu sexo. Só as vozes deles chegaram a mim’ (Duby, 1989, p. 6). Esse relato do medievalista Georges Duby retrata como a ausência de fontes

escritas por mulheres, gera uma historiografia que por muito tempo retratava apenas o masculino” (Teodósio; Holanda, 2020, p. 2).

<sup>6</sup> “Apenas nas camadas sociais mais baixas, na cidade ou no campo, se encontrava maiores liberdades, decisões autónomas e em recuo na tutela exercida pelos pais” (Opitz, 1990, p. 362).

<sup>7</sup> Texto original: “Humble and Penitent may be damned! Hidden and Patient, that will be my motto”.

Referência ao lema adotado por Elizabeth of York, contrastando com o lema imposto por sua sogra, Lady Margaret Beaufort, no romance histórico contemporâneo *The White Princess* (2013), de Philippa Gregory.